



ANEXO V

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA

CARTA CONTRATO Nº _____ /

PROCESSO Nº 01-P-03054/2016

À

EMPRESA:

ENDEREÇO:

CIDADE/ESTADO:

CEP

Nos termos da Carta Convite DGA nº **18/2016**, homologada e adjudicada pela
em _____, e da proposta dessa empresa, estabelecemos a presente Carta-Contrato
com as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente contratação é o **Desenvolvimento de projetos executivos completos de ampliação da infraestrutura elétrica e saneamento do Campus para atender a quadra 42**, pelo regime de **empreitada por preço global**, de acordo com o Anexo I da Carta Convite – Pasta Técnica.

1.2. O endereço da obra referente ao projeto a ser desenvolvido é: Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, Campinas/SP.

1.3. A Carta Convite e a proposta da CONTRATADA são partes integrantes do presente instrumento.

2. DO VALOR

2.1. O valor total da presente Carta-Contrato é de R\$ _____ (_____).

2.2. Os recursos para atender a presente despesa correrão a conta de verbas orçamentárias e extra-orçamentárias, da seguinte forma:

I - R\$ _____ através de verbas extraorçamentárias, oriundos do convênio _____ no elemento econômico _____.

II - R\$ _____ através de verba orçamentária na funcional programática _____ e no elemento econômico _____, do orçamento da Universidade.

CARTA CONTRATO N.º <<NUMERO>>/<<ANO>>

Cidade Universitária “Zeferino Vaz” – Campinas/SP
CEP 13083-970 - Caixa Postal 6018 – Telefone (19) 3521-xxxx – Fax (19) 3521-xxxx
<http://www.licitacoes.unicamp.br>



3. DO PRAZO

3.1. A vigência da presente Carta Contrato será da data de sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto, observando-se o cumprimento fiel dos prazos aqui fixados, sob pena de incorrer nas sanções contratuais estabelecidas na Cláusula Onze deste instrumento.

3.2. O adimplemento das obrigações aqui ajustadas admite prorrogação, nos termos do § 1º do art. 57 da Lei Federal 8.666/93, desde que ocorra algum dos eventos descritos nos incisos I a VI do aludido parágrafo, por meio de Termo Aditivo e mediante justificativa, por escrito, e autorização da autoridade competente.

3.3. O prazo total para o desenvolvimento e entrega dos projetos executivos, respeitado o Cronograma de Trabalho constante do Anexo I, é de **130(cento e trinta)** dias contados a partir da primeira reunião técnica realizada entre a Contratada e a Coordenadoria de Projetos e Obras - CPO.

4. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1. O objeto, acompanhado da documentação fiscal, deverá ser entregue à CPO – Coordenadoria de Projetos e Obras – Rua Bernardo Sayão, 38 – Térreo – Cidade Universitária Zeferino Vaz, no horário compreendido entre 09:00 e 16:00 horas, ou em outro local por ela indicado.

4.2. O recebimento definitivo será dado pela CPO no ato da “Entrega Definitiva” do objeto sem qualquer pendência, em conformidade ao estabelecido na etapa nº 05 do Anexo II, e após conferência das condições estabelecidas na Carta-Convite e instrumento contratual.

4.2.1. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil da Contratada, nos termos do § 2º do art. 73 da Lei 8.666/93.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado no prazo de 15 (quinze) dias contados da data do aceite da etapa a que se referir a medição, de acordo com o percentual indicado no Cronograma de Trabalho constante do Anexo I e mediante a apresentação dos documentos fiscais competentes (Nota Fiscal, Fatura e Duplicata sem quitar ou declaração de que não emite tais documentos, com base em dispositivo legal), sendo vedada a colocação em cobrança ou sua negociação junto às instituições financeiras (Cláusula não a ordem), ou negociação com outras empresas.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
VICE-REITORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE SUPRIMENTO DE SERVIÇOS E OBRAS
MINUTA

FL. Nº _____

Proc. 01-P-03054/2016

Rub. _____

Aprovada segundo a Informação PG nº
1549/2016, de 28/11/2016 e pelo
Despacho nº 9730/2016, de 28/11/2016

5.1.1. O pagamento será efetuado mediante depósito em conta corrente no Banco do Brasil S/A, Agência _____ e Conta Corrente nº _____, sob a titularidade da Contratada.

5.2. O valor dos projetos desenvolvidos deverá referir-se apenas a itens ou a atividades incluídas no Cronograma de Trabalho, sendo que não serão pagos os itens dos projetos para os quais não houve cotação de tarifa ou preço, considerando-se-lhes cobertos por outros preços e tarifas.

5.3. Para efeito de contagem do prazo de pagamento será considerada a data da aprovação pela CPO de cada uma das respectivas etapas, após a efetiva entrega destas, na sua totalidade.

5.4. Eventuais descontos financeiros do pagamento referentes à inexecução parcial dos serviços etc., serão feitos proporcionalmente à indisponibilidade dos serviços contratados.

5.5. Os valores correspondentes a eventuais danos materiais, provocados por culpa dos funcionários da Contratada, serão objetos de desconto do pagamento.

5.6. É condição à efetivação do pagamento a inexistência de registro da Contratada no CADIN estadual, cuja averiguação será feita pela Contratante, conforme determina o art. 6º da Lei estadual nº 12.799/08.

5.7. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN é devido no município que a prestação do serviço estiver envolvida, em consonância com as disposições contidas na Lei Complementar nº 116, de 31.07.03.

5.7.1. Para os serviços prestados no município de Campinas, conforme Lei Municipal de Campinas, de nº 12392, de 20/10/2005, em especial no seu item 7 subitem 7.03 da Lista de Serviços Anexa, bem como do Decreto Municipal de Campinas, nº 15356, de 26/12/2005, a Contratante, na qualidade de responsável tributária, deverá reter a quantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da nota-fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente apresentada e recolher a respectiva importância em nome da Contratada.

5.7.2. Quando da emissão da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente a Contratada deverá destacar o valor da retenção, a título de “RETENÇÃO PARA O ISS”. Considera-se preço do serviço a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução.

5.7.3. Por ocasião da apresentação à Contratante da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente, a Contratada deverá fazer prova do recolhimento do FGTS e do ISSQN, por meio de cópia autenticada da guia de

CARTA CONTRATO N.º <<NUMERO>>/<<ANO>>

Cidade Universitária “Zeferino Vaz” – Campinas/SP
CEP 13083-970 - Caixa Postal 6018 – Telefone (19) 3521-xxxx – Fax (19) 3521-xxxx
<http://www.licitacoes.unicamp.br>



recolhimento correspondente aos serviços executados e deverá estar referenciada a data de emissão da nota fiscal, fatura ou do documento de cobrança equivalente.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Iniciar a execução do contrato imediatamente após a sua assinatura, devendo a elaboração dos projetos ser iniciada na data determinada pela Contratante, oficializada por escrito, cujo documento será entregue, por cópia à Contratada, sendo o original juntado aos autos do processo de contratação.

6.2. Executar os serviços atendendo integralmente às prescrições da ABNT, Normas Técnicas pertinentes e vigentes, bem como especificações dos fabricantes e da Contratante.

6.3. Apresentar, no início da execução dos serviços, Guia de Recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, no original ou por cópia autenticada, junto ao órgão competente (CREA ou CAU), referente ao desenvolvimento e elaboração dos projetos, constando o nome e local dos serviços, área e número do Memorial Descritivo e do processo licitatório da Contratante.

6.3.1. Em sendo constatada a necessidade de qualquer modificação ou alteração no projeto, será obrigatória a apresentação da Guia de Recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT complementar.

6.4. A Contratada deverá, sendo de sua inteira responsabilidade, realizar todo o levantamento necessário para a elaboração dos projetos, tais como: compatibilidade da obra com o local, posição das redes de infraestrutura, acessos.

6.5. Apresentar os Projetos Executivos em cópia papel sulfite e cópia em CD-R (arquivo .dwg – AUTOCAD 2000).

6.6. Executar os trabalhos com a devida compatibilização técnica com os demais projetistas, no caso da Contratante, simultaneamente, contratar outras empresas para o desenvolvimento de projetos complementares, cujo direito ora se reserva.

6.7. Responsabilizar-se pelos danos causados à Universidade e/ou terceiros, decorrentes de dolo ou culpa, na execução do Contrato, cujo prejuízo deverá ser ressarcido de imediato, observando-se a ampla defesa e o contraditório.

6.8. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.



6.9. Guardar completo sigilo em relação às informações obtidas no desenvolvimento das atividades, objeto da contratação, sendo vedada, sem a autorização por escrito, a divulgação de quaisquer dados a ele relativos.

6.10. Responsabilizar-se pelos pagamentos de quaisquer verbas decorrentes da relação empregatícia com seus funcionários que irão executar os serviços, tais como: salários, vantagens, verbas rescisórias, encargos, inclusive sociais e previdenciários, por ela devendo responder judicial e/ou extrajudicialmente, afastada qualquer hipótese de vínculo empregatício entre seus funcionários e a Contratante.

6.11. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais, seguro, frete, tributos e outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta contratação ou no seu transporte, cujas despesas correrão por sua conta.

6.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.13. A Contratada responderá por erros de projeto que porventura venham onerar a Contratante à época de execução do serviço.

6.14. Os autores dos projetos cederão, integralmente, os direitos autorais relativos aos trabalhos em favor da Contratante.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Fiscalizar o serviço por preposto a ser indicado oportunamente, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem durante a sua execução, cuja ação fiscalizadora será exercida em toda a sua plenitude.

7.2. Determinar por escrito, por intermédio da Equipe de Fiscalização, a paralisação dos serviços, em razão relevante de ordem técnica ou por motivo de inobservância ou de desobediência às ordens e instruções, caso em que o contrato será suspenso mediante despacho fundamentado da Autoridade competente, cabendo à Contratada o ônus e encargos decorrentes da paralisação ocasionada por sua culpa.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. A aprovação dos projetos pela Contratante não exime os seus autores da responsabilidade por eventuais falhas técnicas ocorridas nos mesmos.

8.2. A troca de informações, correspondências ou qualquer instrução entre as partes contratantes devem ser feitas por escrito.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
VICE-REITORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE SUPRIMENTO DE SERVIÇOS E OBRAS
MINUTA

FL. Nº _____

Proc. 01-P-03054/2016

Rub. _____

Aprovada segundo a Informação PG nº
1549/2016, de 28/11/2016 e pelo
Despacho nº 9730/2016, de 28/11/2016

8.3. Qualquer erro ou imperícia na elaboração dos projetos e constatado por qualquer uma das partes, obrigará a Contratada, por sua conta e risco, fazer a correção e reexecução das partes impugnadas, mesmo que o erro tenha resultado da insuficiência dos levantamentos.

8.4. A Contratada poderá discordar de qualquer ato da Equipe de Fiscalização, devendo se manifestar, por escrito, no prazo máximo de 4 (quatro) dias contados da data do conhecimento da ocorrência do ato questionado. A data referência será aquela do recebimento do documento emitido pela Equipe de Fiscalização.

8.5. Recebida a divergência pelo Engenheiro Fiscal da Contratante, este, no menor prazo possível, manterá ou reconsiderará a decisão anterior, dando sempre ciência à Contratada.

8.6. Mantida a divergência a Contratada poderá recorrer da decisão, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da data em que teve conhecimento, cujo recurso deverá ser apresentado ao próprio engenheiro, que, em igual prazo, o encaminhará à autoridade superior com as informações necessárias.

8.7. Recebido o recurso, a matéria deverá ser apreciada e resolvida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, dando-se ciência à Contratada, por escrito.

8.8. A existência de uma divergência não poderá, em hipótese alguma, justificar a paralisação, pela Contratada, dos serviços contratados, ressalvadas a etapa que deu origem à questão.

8.9. Na hipótese de divergência improcedente, a Contratada arcará com todos os ônus e encargos decorrentes da paralisação da etapa do serviço, aplicando-se, em caso de atraso, as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e Portaria GR nº 248/98.

8.10. À Contratada caberá a responsabilidade total pela execução do serviço; igual responsabilidade lhe caberá pelos demais compromissos assumidos com a Contratante e executados por terceiros sob sua administração, não havendo qualquer vínculo contratual entre a Contratante e eventuais subcontratadas.

8.11. A Contratada fica obrigada, nas mesmas condições originárias da contratação, a aceitar os acréscimos e supressões que se fizerem necessários em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

8.11.1. O limite previsto para as supressões poderá ser excedido mediante acordo entre as partes, celebrado na forma da lei.

8.12. Na hipótese de eventual aditamento contratual por força de adequação técnica do objeto, nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, será adotada para composição de preços, a última versão da Tabela de Composições de Preços de Obras - TCPO da Editora PINI.

CARTA CONTRATO N.º <<NUMERO>>/<<ANO>>

Cidade Universitária "Zeferino Vaz" – Campinas/SP
CEP 13083-970 - Caixa Postal 6018 – Telefone (19) 3521-xxxx – Fax (19) 3521-xxxx
<http://www.licitacoes.unicamp.br>

8.13. A subcontratação de parte do objeto do contrato poderá ser concretizada mediante prévia e expressa autorização da Contratante, sob pena de, assim não o fazendo, ficar a Contratada sujeita a multa de 10% do valor subcontratado.

8.13.1. O pedido de subcontratação deverá ser formalizado pela Contratada, com 15 (quinze) dias de antecedência à concretização do ato, devidamente instruído com o atestado de capacidade técnica-operacional da contratada, emitida pelo CREA ou CAU.

8.13.2. A autorização da subcontratação ficará condicionada a verificação, pela Internet, da Regularidade da subcontratada junto ao INSS e FGTS.

9. DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela elaboração do projeto, à Contratante fica reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, por prepostos designados.

9.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade em decorrência de imperfeições técnicas ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior.

9.3. A presença da Fiscalização da Contratante durante a execução dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará na solidariedade ou co-responsabilidade com a Contratada, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços, inclusive pelos serviços executado por suas subcontratadas, na forma da legislação em vigor.

10. DA RESCISÃO

10.1. A presente Carta Contrato poderá ser rescindida caso venha a ocorrer qualquer um dos motivos elencados no artigo 78 e na forma do artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

10.2. A Contratada reconhece, desde já, os direitos da Universidade na ocorrência da rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei Federal 8.666/93.

11. DAS SANÇÕES

11.1. A Contratada, além das sanções previstas no Capítulo IV, Seção II da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, estará sujeita, ainda, às seguintes multas, cujo cálculo tomará por base o valor contratual:



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
VICE-REITORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE SUPRIMENTO DE SERVIÇOS E OBRAS
MINUTA**

FL. Nº _____

Proc. 01-P-03054/2016

Rub. _____

Aprovada segundo a Informação PG nº
1549/2016, de 28/11/2016 e pelo
Despacho nº 9730/2016, de 28/11/2016

11.2. Salvo motivos de força maior ou caso fortuito, devidamente justificados e comprovados, o não cumprimento por parte da Contratada das obrigações assumidas ou a infringência de preceitos legais, serão aplicadas as seguintes penalidades:

a) multa de mora diária em relação aos prazos fixados: 0,1% (zero vírgula um ponto percentual) sobre o valor contratual, por atraso de até 30 (trinta) dias;

b) multa de mora diária: 0,2% (zero vírgula dois ponto percentual), sobre o valor contratual, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, limitados esses atrasos a 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;

b.1) Os atrasos superiores a 60 (sessenta) dias serão considerados como inexecução total ou parcial do contrato, para fins de aplicação de multa compensatória de até 50% (cinquenta pontos percentuais) sobre o valor total ou parcial do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato, à critério da Unicamp;

c) multa pelo descumprimento de cláusula constante no instrumento contratual: até 2,5% (dois vírgula cinco pontos percentuais) sobre o valor contratual da parte executada, em execução ou inexecutada, conforme o caso;

d) multa por desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato: até 2,5% (dois vírgula cinco pontos percentuais) sobre o valor contratual da parte executada, em execução ou inexecutada, conforme o caso;

e) multa compensatória pela inexecução parcial do contrato: até 50% (cinquenta pontos percentuais) sobre o valor contratual da parte inexecutada;

f) multa compensatória pela inexecução total do contrato: até 50% (cinquenta pontos percentuais) sobre o valor contratual.

11.2. As importâncias relativas às multas serão descontadas do pagamento a que tiver direito a contratada.

11.3. A Contratada estará, ainda, sujeita às sanções penais previstas na Seção III, do Capítulo IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

11.4. A aplicação da penalidade capitulada nos subitens acima é independente e a aplicação de uma não exclui a das demais e não impossibilitará a incidência de outras sanções administrativas contempladas na Lei federal nº 8.666/93 e na Portaria GR nº 248/98, publicada no DOE de 07/10/98 e disponível na Internet no endereço: http://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?id_norma=798.

CARTA CONTRATO N.º <<NUMERO>>/<<ANO>>

Cidade Universitária "Zeferino Vaz" – Campinas/SP
CEP 13083-970 - Caixa Postal 6018 – Telefone (19) 3521-xxxx – Fax (19) 3521-xxxx
<http://www.licitacoes.unicamp.br>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
VICE-REITORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE SUPRIMENTO DE SERVIÇOS E OBRAS
MINUTA

FL. Nº _____

Proc. 01-P-03054/2016

Rub. _____

Aprovada segundo a Informação PG nº
1549/2016, de 28/11/2016 e pelo
Despacho nº 9730/2016, de 28/11/2016

11.5. As penalidades previstas neste item têm caráter administrativo e sua aplicação não exime a Contratada da reparação de eventuais perdas e danos que venha acarretar à Unicamp.

11.6. Na aplicação de penalidades, rescisão unilateral do instrumento contratual, deverá ser observado o direito da ampla defesa e do contraditório.

12. DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de CAMPINAS, Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas ou controvérsias da presente Carta-Contrato que não puderem ser resolvidas administrativamente pelas partes.

Assim, seguem 2 (duas) vias da Carta-Contrato, de igual teor e único efeito, devendo ser devolvidas à DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO – DIVISÃO DE CONTRATOS.

Campinas, de de

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

EMPRESA
CNPJ/MF nº

CARTA CONTRATO N.º <<NUMERO>>/<<ANO>>

Cidade Universitária "Zeferino Vaz" – Campinas/SP
CEP 13083-970 - Caixa Postal 6018 – Telefone (19) 3521-xxxx – Fax (19) 3521-xxxx
<http://www.licitacoes.unicamp.br>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO UNIVERSITÁRIO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
LICITAÇÕES
MINUTA

ANEXO I

CRONOGRAMA DE TRABALHO

Etapas	Descrição da Etapa	Prazo (dias corridos)	Parcela de Pagamento (%)
1	Pré-executivos e entrega do protocolo do Corpo de Bombeiros, quando for o caso.	30	
2	Análise dos Pré-executivos por parte da CPO.	15	30
3	Executivos. (inclusive Memoriais Descritivos, Planilha Orçamentária, ART e outros documentos).	30	
4	Análise dos Executivos por parte da CPO.	30	30
5	Entrega do Objeto - Definitiva (inclui a aprovação no Corpo de Bombeiros, quando for o caso).	15	
6	Autorização para emissão da NF final.	10	40
Total		130	100

CARTA CONTRATO N.º <<NUMERO>>/<<ANO>>

Cidade Universitária "Zeferino Vaz" – Campinas/SP
CEP 13083-970 - Caixa Postal 6018 – Telefone (19) 3521-xxxx – Fax (19) 3521-xxxx
<http://www.licitacoes.unicamp.br>